



“Educação como prática de Liberdade”:
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

9646 - Resumo Expandido - Trabalho - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT05 - Estado e Política Educacional

ENSINO NÃO PRESENCIAL NO ESTADO DA BAHIA NO CONTEXTO DA
PANDEMIA DA COVID-19

Jamile de Souza Soares - UESB - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA
BAHIA

Adenilson Souza Cunha Jr - UESB - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA
BAHIA

ENSINO NÃO PRESENCIAL NO ESTADO DA BAHIA NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19

Resumo: Este texto tem por objetivo conhecer os efeitos do ensino não presencial no estado da Bahia no contexto da pandemia da Covid-19. Para tal, foi realizado um recorte da pesquisa de maior abrangência intitulada “Impacto da utilização das tecnologias educacionais por meio do ensino remoto nas atividades escolares em municípios baianos, no contexto da pandemia de covid-19”, institucionalizada pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e conduzida pelo Grupo de Estudos e Pesquisas Movimentos Sociais e Educação do Campo e da Cidade (GEPEMDECC), produziu dados em maio de 2020. Utilizando como fonte de dados o questionário, contendo questões abertas e fechadas, respondido por 756 profissionais da educação básica e superior. Os apontamos iniciais da pesquisa revelaram dificuldades nas aulas não presenciais por parte dos docentes e discentes, como o acesso as tecnologias, a qualidade da conexão à internet, e a falta de habilidade em manusear as tecnologias da informação. Os resultados demonstram que existem carências nos investimentos das políticas públicas educacionais, direcionadas às tecnologias digitais e formação de professores.

Palavras-chave: Bahia; Covid-19; Ensino não presencial; Pandemia.

Introdução

O primeiro caso da Covid-19 notificado na cidade Wuhan, na China o final de 2019, e rapidamente se espalhou, se transformando numa grande ameaça global à saúde. No Brasil, o aumento dos casos de pessoas infectadas com o coronavírus sobe diariamente, e algumas medidas de isolamento social têm sido adotadas para impedir a propagação, que tiveram como base a Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020, do Ministério da Saúde, publicada no Diário Oficial da União (DOU), em 4 de fevereiro de 2020, declarando Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional, em razão da infecção humana pelo novo Corona vírus (COVID-19) (BRASIL, 2020).

Uma destas medidas foi o fechamento das escolas, o qual impactou diretamente na manutenção dos dias letivos e da carga horária anual estabelecida na LDB no 9.394/96, art. 24, I, que determina a carga horária mínima anual de 800 (oitocentas) horas, distribuídas por no mínimo de 200 (duzentos) dias de efetivo trabalho escolar. Para que isso fosse garantido,

os sistemas de ensino públicos e privados começaram a atuar em várias frentes por meio do uso das tecnologias educacionais, enviando atividades via internet, ou mesmo garantindo aulas remotamente por meio de plataformas específicas.

Neste cenário, o presente estudo tem como objetivo conhecer os efeitos do ensino não presencial no estado da Bahia no contexto da pandemia da Covid-19 e, sendo que para esse trabalho, foi realizado um recorte da pesquisa de maior abrangência intitulada “Impacto da utilização das tecnologias educacionais por meio do ensino remoto nas atividades escolares em municípios baianos, no contexto da pandemia de covid-19”. A pesquisa, institucionalizada pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), e conduzida pelo Grupo de Estudos e Pesquisas Movimentos Sociais e Educação do Campo e da Cidade (GPEMDECC), produziu dados em maio de 2020.

A pesquisa esteve alicerçada nos seguintes objetivos: - Verificar como está acontecendo o envio de atividades escolares para viabilizar o processo ensino-aprendizagem nos diversos níveis e modalidades da educação em municípios baianos, como estratégia para o enfrentamento à COVID-19; - Identificar quais as principais dificuldades encontradas pelos professores para trabalhar com o ensino remoto; - Analisar o impacto do ensino remoto no trabalho docente.

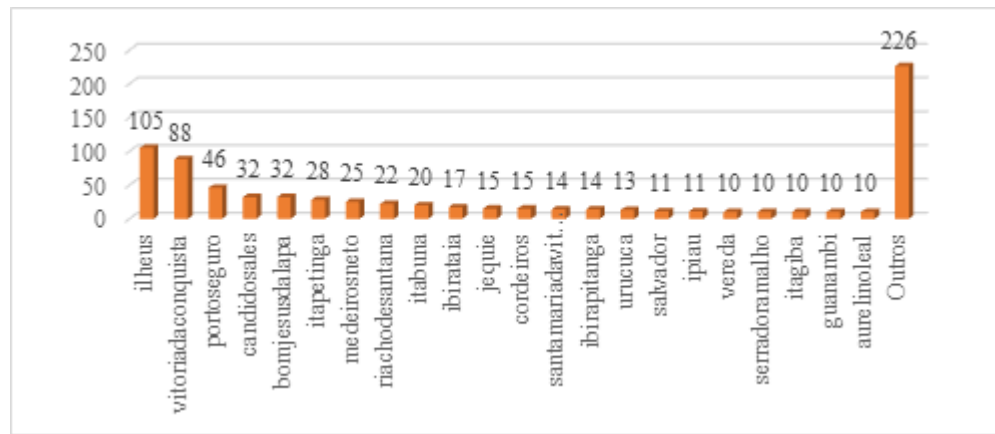
Outrossim, a coleta de dados foi realizada através de um questionário (GIL, 2002), com perguntas abertas e fechadas que foi divulgado por meio das redes sociais, e-mails e outros canais virtuais. Realizado através da plataforma eletrônica do Google, tendo um quantitativo de 756 respostas de docentes da educação básica e ensino superior da Bahia (97,22% dos sujeitos) e outros estados do Brasil, o questionário – que abrange os diversos níveis e modalidade de ensino – objetiva conhecer a realidade das escolas, dos profissionais da educação e dos estudantes em tempos de ensino não presencial, sendo que para esse trabalho foram elencados alguns pontos que serão pormenorizados.

Ensino não presencial no estado da Bahia no contexto da pandemia da Covid-19: apontamos iniciais da pesquisa

Com o objetivo de conhecer os efeitos do ensino não presencial no estado da Bahia no contexto da pandemia da Covid-19, foi realizado um recorte da pesquisa intitulada “Impacto da utilização das tecnologias educacionais por meio do ensino remoto nas atividades escolares em municípios baianos, no contexto da pandemia de covid-19”, produzida pelo GPEMDECC\UESB, no mês de maio de 2020.

Utilizando como fonte de dados o questionário, contendo questões abertas e fechadas, respondido por 756 profissionais da educação, onde cerca de 97,22% dos sujeitos, ou seja 735, são do estado da Bahia, tendo também outros estados como Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, que juntos somam menos que 4% do total. Desse modo, os dados são, em sua maioria, referentes aos profissionais da educação que atuam na Bahia, em diferentes municípios, como apontado no gráfico a baixo.

Gráfico 1: Distribuição do questionário por cidade na Bahia-BA

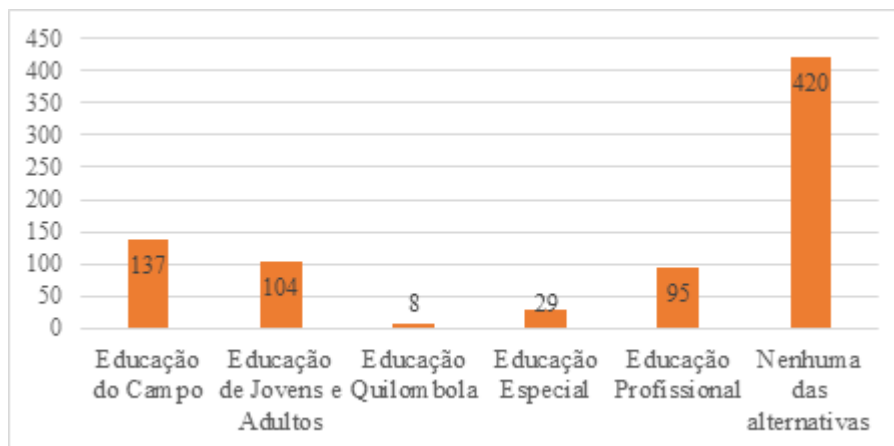


Fonte: GEPEMDECC, 2020.

As cidades mais abrangidas pelos questionários foram: Ilhéus, Vitória da Conquista, Porto Seguro e Candido Sales. Todavia, outras cidades também chamam atenção pela participação na pesquisa, como Riacho de Santana, Itapetinga, Medeiros Neto, dentre outras. No que se tange ao perfil desses profissionais da educação e suas condições de trabalho em tempos da Covid-19, o questionário revela que 75,93% continuam tendo sua remuneração paga inteiramente, enquanto 16,40% estão recebendo apenas de forma parcial e 7,67% afirmaram que sua remuneração não está sendo paga.

Referente a rede de ensino, a maioria dos profissionais da educação, cerca de 70,90%, afirmam atuar na educação pública municipal. Acerca da localização das escolas em que os sujeitos atuam, 73,15% estão na zona urbana e 26,85%, o que corresponde a 203 professores, na zona rural. Contudo, a modalidade de educação mais abarcada pelo questionário foi a Educação do Campo, com 137 profissionais que atuam na área; em seguida pela Educação de Jovens e Adultos (EJA) e a Educação Profissional, como mostra o gráfico a seguir.

Gráfico 2: Distribuição dos profissionais da educação por modalidade de ensino, a partir dos dados do questionário.



Fonte: GEPEMDECC, 2020.

Referente ao acesso à internet, indispensável ao ensino não presencial, do total de 756 sujeitos, 41,4% responderam que utilizam de wifi compartilhado com vizinhos, parentes e amigos. E quando questionados sobre a qualidade da conexão à internet 35,45% dos sujeitos afirmam ser regular, 27,12% satisfatória e 22,35% boa, demonstrando que ainda não tem acesso a uma rede de completa qualidade. Apesar da ausência de uma conexão de internet de qualidade, 64,1% dos profissionais da educação afirmaram que as escolas onde atuam adotaram inteiramente ou parcialmente o ensino remoto.

Esta dificuldade ao acesso à internet também está presente na realidade dos alunos, pois os professores ao serem indagados sobre quais as dificuldades que os estudantes apontam ao acesso as atividades, 39,68% afirmaram que o problema é a internet de baixa qualidade. Também, segundo os profissionais da educação, 23,68% dos alunos afirmam não ter acesso à internet em casa. A desigualdade no acesso à rede mundial de computadores é resultado da “[...]vulnerabilidade social em que se encontram esses alunos, que não lhes dá direito a um amplo acesso à rede.” (SARAIVA et al, 2020, p.12).

As desigualdades no acesso à internet são reflexos das contradições do atual modelo de sociedade capitalista, onde a tecnologia se torna um instrumento de domínio do capital, como salienta Frigotto (2012, p. 377).

Mais do que tratar da compreensão etimológica ou do senso comum do termo ‘tecnologia’, torna-se crucial, no atual contexto histórico do capitalismo, entendê-la como uma prática social cujo sentido e significado econômico, político, social, cultural e educacional se definem dentro das relações de poder entre as classes sociais.

Nesse sentido, o acesso as tecnologias é determinado pelas condições econômicas dos sujeitos no contexto social, e negadas a classe trabalhadora que não é detentora dos bens e serviços, apenas vende sua mão-de-obra em troca de subsistência. E, por isso, as tecnologias que são essenciais ao atual modelo de educação remota e que deveriam auxiliar todo processo educativo, acabam deixando mais evidente as desigualdades sociais da sociedade.

Além disso, ao serem questionados sobre as dificuldades em relação as tecnologias, 51,71% dos profissionais da educação destacaram a falta de habilidade em manusear as tecnologias da informação. As chamadas Tecnologias digitais de Informação e Comunicação (TDICS) são um suporte necessário à educação nos tempos atuais, contudo é necessária preparação dos sujeitos para seu uso no cotidiano escolar. Logo, em meio as transformações do ensino remoto, os docentes se veem imersos em novos desafios, como se integrar as TDICS

[...] o que se observa é que a educação está vivenciando um processo de intensa transformação nesse momento da pandemia. Professores se viram em situações que exigiram novas ações, ao mesmo tempo em que estudantes tiveram que assumir maior autonomia sobre a sua aprendizagem [...]. (NETTO et al, 2020, p. 2).

Os dados apontam ainda a forma como as atividades não presenciais estão sendo desenvolvidas pelos docentes, 40,48% dos sujeitos afirmaram que utilizam as redes sociais como *facebook*, *whatsapp* ou e-mail e 26,72% enviam as atividades impressas aos alunos. E sobre o retorno destas atividades, 37,8% dos profissionais da educação alegaram que os estudantes realizam apenas parcialmente as atividades, enquanto apenas 26,6% nos informaram que as atividades são realizadas, o que pode ser justificado devido à dificuldade ao acesso a internet e as tecnologias digitais.

Desse modo, a realidade relatada pelos sujeitos da pesquisa é de dificuldades no ensino não presencial no estado da Bahia, pontuando problemáticas como: dificuldades no acesso à internet, a falta de habilidade em manusear as tecnologias da informação, devolutiva das atividades pelos alunos, dentre outros. Estas problemáticas são entrelaçadas nas desigualdades sociais já existentes em nossa sociedade, que impedem que os sujeitos tenham acesso aos bens e serviços, e agora dificultam o ensino em tempos de pandemia.

Apontamentos finais

A pesquisa “Impacto da utilização das tecnologias educacionais por meio do ensino

remoto nas atividades escolares em municípios baianos, no contexto da pandemia de covid-19”, traz importantes dados sobre a realidade da educação no estado da Bahia, visto que, dos 756 sujeitos, 97,22% são do estado da Bahia, tendo também outros estados como Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, que juntos somam menos que 4% do total.

A maior parte dos docentes, cerca de 70,90%, afirmam atuar na educação pública municipal e 64,1% dos profissionais da educação enfatizaram que as escolas onde atuam adotaram inteiramente ou parcialmente o ensino remoto. Contudo, os sujeitos relataram dificuldades nas aulas não presenciais, como a qualidade da conexão à internet que também está presente na realidade dos alunos, pois os professores ao serem indagados sobre quais as dificuldades que os estudantes apontam ao acesso as atividades, 39,68% afirmaram que o problema é a internet de baixa qualidade.

Outras questões importantes também emergiram da pesquisa, como o fato de 51,71% dos profissionais da educação destacar a falta de habilidade em manusear as tecnologias da informação, demonstrando a necessidade de formação para estes sujeitos. E sobre o retorno destas atividades, 37,8% dos profissionais da educação alegaram que os estudantes realizam apenas parcialmente as atividades, enquanto apenas 26,6% nos informaram que as atividades são realizadas, o que pode ser justificado devido à dificuldade ao acesso a internet e as tecnologias digitais.

Portanto, o ensino não presencial apresenta desafios no contexto do estado da Bahia, como a ausência de internet, a formação de professores e o acesso às tecnologias digitais. Vale lembrar que as desigualdades já existem no atual modelo de sociedade capital e ficam ainda mais evidentes em tempos de ensino remoto, devido a necessidade do uso das TDICS por docentes e discentes.

Referencias

BAHIA. RESOLUÇÃO CEE N.o 37 de 18 maio de 2020. Diário Oficial do estado da Bahia, de 21 de maio de 2020. Secretaria Estadual de Educação. 2020. Disponível em: http://www.conselhodeeducacao.ba.gov.br/arquivos/File/Resolucao_37_2020_NORMA_S_COMPLEMENTARES_revisada_CDE_mesclado.pdf Acesso em: 03 jun. 2020.

BRASIL. Lei no. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União. Brasília.** 23 de dezembro de 1996.

FRIGOTO, Gaudêncio. **Educação Politécnica.** Dicionário da Educação do Campo. Org. Org. CALDART, Roseli Salette. PEREIRA, Isabel Brasil. ALENTEJANO, Paulo. FRIGOTTO, Gaudêncio. R. J. São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

NETTO, Cristiane et al. **Docência e uso das tecnologias digitais em ensino remoto emergencial.** Congresso internacional de Educação e Tecnologia (CIET EnPED), 2020.

Disponível em:

<<https://cietenped.ufscar.br/submissao/index.php/2020/article/download/1456/1111>>. Acesso em: 16 jan. 2021.

SANTOS, Arlete Ramos dos. **Os Movimentos Sociais do Campo e a Reforma Agrária do Consenso.** Relatório de Pós-Doutorado submetido à Faculdade de Ciências e Letras, da Universidade Estadual Júlio Mesquita Filho – UNESP. Araraquara/SP, 2016.

SARAIVA, K. et al. A educação em tempos de COVID-19: ensino remoto e exaustão docente. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 15, e2016289, p. 1-24, 2020. Disponível em: <<https://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa>>. Acesso em: 13 jan. 2021.